

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO 2400000224_SA_04DI2024

PROGRAMA DE CONCURSO

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Universidade de Lisboa - Serviços Centrais (ULisboa)	510 739 024	Luís Manuel dos Anjos Ferreira	Reitor	Autorizo,
Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa)	510 762 980	Paulo Farmhouse Alberto	Vice-Reitor	Autorizo,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAULisboa)	502 784 083	Carlos Dias Coelho	Presidente	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (FBAULisboa)	504 035 541	António de Sousa Dias de Macêdo	Presidente	Autorizo,
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCULisboa)	502 618 418	Luís Manuel Afonso Carriço	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDULisboa)	502 736 208	Eduardo Vera-Cruz Pinto	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFULisboa)	502 659 807	Maria Beatriz Lima	Diretora	Autorizo,
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLULisboa)	502 657 456	Hermenegildo Fernandes	Diretor	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMULisboa)	502 662 875	João Eurico Cortez Cabral da Fonseca	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa (FMDULisboa)	503 013 366	João Manuel Mendes Caramês	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (FMVULisboa)	502 286 326	Rui Manuel Vasconcelos e Horta Caldeira	Presidente	Autorizo,
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa (FMHULisboa)	501 621 288	Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha	Presidente	Autorizo,
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPULisboa)	600 083 861	Telmo Mourinho Baptista	Diretor	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICSULisboa)	506 101 347	Marina Costa Lobo	Diretor	
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEULisboa)	600 083 853	Luís Miguel de Figueiredo Silva de Carvalho	Diretor	Autorizo,
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOTULisboa)	508 955 645	Mário Adriano Ferreira do Vale	Presidente	Autorizo,
Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISAULisboa)	505 869 721	António José Guerreiro de Brito	Presidente	Autorizo,
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa)	600 019 152	Ricardo João Magro Ramos Pinto	Presidente	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEGULisboa)	502488603	João Luís Correia Duque	Presidente	Autorizo,
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (ISTULisboa)	501 507 930	Rogério Anacleto Cordeiro Colaço	Presidente	Autorizo,

Índice

CAPÍTULO I - Disposições gerais.....	7
Artigo 1.º - Objeto de contratação	7
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	7
Artigo 3.º - Fundamento da escolha do procedimento	8
Artigo 4.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	8
Artigo 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos	11
Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento	11
CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e Habilitação.....	11
Artigo 7.º - Interessados	11
Artigo 8.º - Agrupamento de Concorrentes.....	11
Artigo 9.º - Documentos de Habilitação	12
Artigo 10.º - Prazo de supressão de irregularidades	12
Artigo 11.º - Documentos da proposta.....	13
Artigo 12.º - Idioma dos documentos da proposta.....	13
Artigo 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta.....	14
Artigo 14.º - Preço anormalmente baixo	14
Artigo 15.º - Propostas variantes.....	14
Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas	14
Artigo 17.º - Critério de Adjudicação	14
Artigo 18.º - Modelo de Avaliação da Proposta.....	14
Artigo 19.º - Prestação da Caução	14
CAPÍTULO III - Disposições finais.....	15
Artigo 20.º - Celebração do Contrato	15
Artigo 21.º - Falsidade de documentos e de declarações.....	15
Artigo 22.º - Legislação aplicável	15

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 1.º - Objeto de contratação

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados para as Escolas/UO (Unidades Orgânicas) da Universidade de Lisboa (ULisboa).
2. O presente procedimento visa garantir a prestação dos serviços de comunicações móveis de voz e dados, a serem contratados pelo agrupamento de entidades adjudicantes da Universidade de Lisboa (ULisboa), permitindo que as comunicações entre as pessoas que trabalham na ULisboa e possibilitando eliminar os custos das comunicações móveis entre si, bem como diminuir os custos das comunicações para outras redes móveis de voz e dados.
3. Nos termos das regras gerais da escolha do procedimento de formação dos contratos públicos, previstas nos artigos 18.º e 20.º, a proposta de adoção do procedimento de concurso público com publicações no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 e e) do n.º 2 do artigo 16.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, tem por base o valor máximo dos contratos a celebrar pelas entidades que compõem o agrupamento de entidades adjudicantes.
4. O presente procedimento corresponde ao código 64210000-1 Serviços telefónicos e de transmissão de dados, do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

1. O presente procedimento é realizado em agrupamento de entidades adjudicantes para os seguintes Serviços e Escolas da Universidade de Lisboa:
Universidade de Lisboa - Serviços Centrais (ULisboa);
Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa);
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAULisboa);
Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (FBAULisboa);
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCULisboa);
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDULisboa);
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFULisboa);
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLULisboa);
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMULisboa);
Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa (FMDULisboa);
Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (FMVULisboa);

Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa (FMHULisboa);
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPULisboa);
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICSULisboa);
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEULisboa);
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
(IGOTULisboa);
Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISAULisboa);
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa);
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEGULisboa);
Instituto Superior Técnico (ISTULisboa).

2. As entidades adjudicantes referidas são representadas, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, neste procedimento, pela Universidade de Lisboa, adiante abreviadamente designada por ULisboa, sita na Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, telefone 351 210 113 400, endereço de correio eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt e outros contactos disponíveis no endereço <https://www.ulisboa.pt/info/contactos>.
3. A Universidade de Lisboa - Serviços Centrais é a responsável pelo Agrupamento. O Núcleo de Compras e Aprovisionamento assegura o lançamento e acompanhamento do procedimento.

Artigo 3.º - Fundamento da escolha do procedimento

O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do mesmo código.

Artigo 4.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada, conjuntamente, pelo Reitor da ULisboa, e pelos órgãos competentes das respetivas escolas, no uso de competência própria:

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo
Universidade de Lisboa - Serviços Centrais (ULisboa)	510 739 024	Luís Manuel dos Anjos Ferreira	Reitor

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo
Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa)	510 762 980	Paulo Farmhouse Alberto	Vice-Reitor
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAULisboa)	502 784 083	Carlos Dias Coelho	Presidente
Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (FBAULisboa)	504 035 541	António de Sousa Dias de Macêdo	Presidente
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCULisboa)	502 618 418	Luís Manuel Afonso Carriço	Diretor
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDULisboa)	502 736 208	Eduardo Vera-Cruz Pinto	Diretor
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFULisboa)	502 659 807	Maria Beatriz Lima	Diretora
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLULisboa)	502 657 456	Hermenegildo Fernandes	Diretor
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMULisboa)	502 662 875	João Eurico Cortez Cabral da Fonseca	Diretor
Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa (FMDULisboa)	503 013 366	João Manuel Mendes Caramês	Diretor

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo
Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (FMVULisboa)	502 286 326	Rui Manuel Vasconcelos e Horta Caldeira	Presidente
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa (FMHULisboa)	501 621 288	Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha	Presidente
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPULisboa)	600 083 861	Telmo Mourinho Baptista	Diretor
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICSULisboa)	506 101 347	Marina Costa Lobo	Diretor
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEULisboa)	600 083 853	Luís Miguel de Figueiredo Silva de Carvalho	Diretor
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOTULisboa)	508 955 645	Mário Adriano Ferreira do Vale	Presidente
Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISAULisboa)	505 869 721	António José Guerreiro de Brito	Presidente
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa)	600 019 152	Ricardo João Magro Ramos Pinto	Presidente

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEGULisboa)	502488603	João Luís Correia Duque	Presidente
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (ISTULisboa)	501 507 930	Rogério Anacleto Cordeiro Colaço	Presidente

Artigo 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos

Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, os órgãos competentes para a Decisão de Contratar, delegaram no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º1 do art.40º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos e os respetivos anexos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.

CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e Habilitação

Artigo 7.º - Interessados

Podem responder ao presente Programa de Concurso os interessados que não se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, ou que, encontrando-se numa das situações descritas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 desse artigo, demonstre que as mesmas poderão ser relevadas ao abrigo do disposto no art.º 55.º - A.

Artigo 8.º - Agrupamento de Concorrentes

1. As entidades que integrarem um agrupamento concorrente devem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura eletrónica dos documentos da proposta e a receção de notificações e

comunicações, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.

2. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante e, em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 9.º - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º do CCP:

Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;

Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;

Comprovativo da inscrição no RCBE;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º:

- Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;

- Certificado do Registo Criminal da empresa;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º:

- Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 55.º:

- Certidão comprovativa da regularização da situação tributária.

2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 10.º - Prazo de supressão de irregularidades

No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário é notificado para supri-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 11.º - Documentos da proposta

Conforme disposto no art.57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos do nº 6 do art.57º do CCP com as alterações promovidas pelo Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017 e demais retificações, que deverá ser assinado pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, digitalizado e enviado num ficheiro, com a designação, por exemplo, Anexo_DEUCP.pdf;
2. Proposta com a identificação dos preços unitários dos serviços a prestar conforme modelo de apresentação de proposta – Anexo B ao Programa de Concurso;
3. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismo e por extenso, e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo.
4. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art. 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

Artigo 12.º - Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 30º dia a contar da data de publicação em DRE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma.

Artigo 14.º - Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

Artigo 15.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 17.º - Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:
 - Multifactor de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate, será adjudicada a proposta selecionada através da sequência seguinte:
 - a) Melhor classificação no factor 1, custo previsional;
 - b) Melhor classificação no factor 2, financiamento do equipamento;
 - c) Sorteio a realizar.

Artigo 18.º - Modelo de Avaliação da Proposta

Conforme anexo A do Programa de Concurso.

Artigo 19.º - Prestação da Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução, desde que o contrato a celebrar exija um pagamento de valor inferior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros).

CAPÍTULO III - Disposições finais

Artigo 20.º - Celebração do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação.
2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

Artigo 21.º - Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 22.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.